

Livre do STF, Temer tentará aprovar reformas

CIENTISTAS POLÍTICOS OUVIDOS PELO **O SÃO PAULO** AFIRMAM QUE PRESIDENTE TERÁ QUE FAZER MAIS NEGOCIAÇÕES PARA RECOMPOR A BASE NO CONGRESSO

DANIEL GOMES
danielgomes.jornalista@gmail.com

“É preciso acabar com os muros que nos separam e nos tornam menores. É hora de atravessarmos juntos a ponte que nos conduzirá ao grande futuro que o Brasil merece”, discursou Michel Temer (PMDB), no dia 2, após a Câmara dos Deputados, em votação apertada (foto) – 263 votos favoráveis ao Presidente da República e 227 contrários –, não autorizar que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue a denúncia por corrupção passiva contra o chefe do Executivo.

O Presidente é acusado pela Procuradoria-Geral da República de ser o destinatário da mala com R\$ 500 mil em propinas, repassada pela JBS para o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures. Agora, o caso só poderá ser retomado quando Temer deixar a Presidência, quando estará sem foro privilegiado e poderá ter a denúncia analisada por qualquer juiz de primeira instância.

CUSTOS DA ARTICULAÇÃO

Para sair vitorioso na votação do dia 2, o Governo valeu-se de diferentes estratégias, entre as quais a negociação de futuras emendas parlamentares e a exoneração de dez ministros para que reassumissem, provisoriamente, o mandato na Câmara.

“Essa votação mostrou o quanto o Executivo é refém do Congresso, pois comprou votos para conseguiu chegar aos 263 deputados”, opinou, ao **O SÃO PAULO**, Maria do Socorro Sousa Braga, cientista política e professora da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).

Ainda segundo a Professora, o resultado contrário à vontade da maioria do eleitorado – pesquisa do Ibope Inteligência indicou que 81% dos entrevistados desejavam que Temer se tornasse réu no caso – “aprofundou o hiato entre a classe política e a sociedade, o que é grave em uma democracia representativa. Aumentou o grau de desmoralização da classe política, de modo que grande parte da sociedade está se sentindo desmotivada em fazer algo para tirar o Presidente e parte da classe política do poder, tanto que a população nem foi às ruas”, opinou.

Na avaliação do também cientista político Pedro Costa Junior, professor das Faculdades Integradas Rio Branco, a ausência de manifestações de rua no dia da votação não deve ser entendida como falta de indignação das pessoas. “As pessoas vão às manifestações de rua, mas não veem mudanças ou quando as mudanças ocorrem parece que piora, então, houve um esgotamento. Porém, se a gente analisar as mídias sociais, dá para ver como a coisa foi ativa, houve manifestações”, afirmou.



Gilmar Félix/Câmara dos Deputados

De fato, no dia da votação e ao longo da última semana, diferentes postagens nas redes sociais apontaram para percepções diversas: indignação com os deputados, descontentamento com o Presidente da República e outros que consideram Temer capaz de conduzir as reformas estruturais para o País ou ainda um “mal menor” que os governos anteriores liderados pelo Partido dos Trabalhadores.

Costa Junior acredita que os deputados e os partidos da base aliada do Governo, como o PMDB, PSDB, DEM, SD e PP, podem arcar nas eleições de 2018 com o posicionamento que assumiram agora. No entanto, segundo ele, “Temer, embora quase não tenha apoio popular, mostra que ainda tem um certo grau de governabilidade, pois no Congresso a base é relativamente fiel”, avaliou.

REFORMAS

Após a decisão da Câmara, Temer também mostrou confiança de que conseguirá aprovar no Congresso as reformas como a da Previdência, Tributária e Política, consideradas essenciais pelo Governo. “Posso hoje assegurar que, com o apoio que a Câmara dos Deputados acabou nos dando, faremos todas as demais reformas estruturantes que o País necessita”, afirmou.

Em comunicado à imprensa, na sexta-feira, 4, Moreira Franco, ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, endossou a confiança do Governo: “As circunstâncias da votação e a leitura das manifestações dos parlamentares sinalizaram com clareza que o espaço para a continuidade das reformas está aberto”.

Das três reformas, a da Previdência é a que tem a tramitação mais adiantada e já pode ser votada em plenário, mas por ser uma emenda à Constituição Federal precisará, para ser aprovada, do apoio de 308 dos 513 deputados, quantidade de votos que o Governo não teve na votação do dia 2.

O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, disse à imprensa que, para aprovar as reformas, o Governo terá

que reorganizar a base de apoio na Câmara. “A gente precisa recompor a relação da maioria com o PSDB [dos 47 deputados do partido, 21 votaram contra o governo no dia 2]. O PSDB é decisivo na votação das reformas. Não adianta a gente se enganar. Para ter 308 votos sem reorganizar a base, a gente não vai conseguir”, afirmou.

Segundo Costa Júnior, o governo terá que negociar ainda mais para aprovar a reforma da Previdência. “Hoje, ele consegue passar na Câmara apenas reformas que precisam de maioria simples, mas mexer na Constituição vai ser mais difícil”, opinou.

Avaliação similar fez Maria do Socorro: “O Governo vai precisar negociar muito, mudar alguns elementos da reforma da Previdência como está desenhada hoje, pois é

muito impopular e cria mais problemas para esses deputados tentarem se reeleger no ano que vem. Terá que negociar ainda mais com deputados e ministros, pois, inclusive, houve deputados da própria base que votaram contra o Presidente”.

O PESO DA ECONOMIA E DE NOVAS DENÚNCIAS

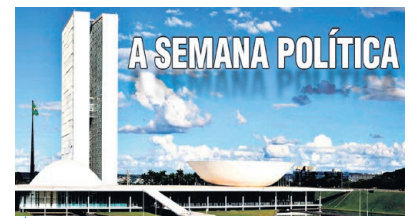
Na votação do dia 2, muitos deputados declararam que votaram a favor do Presidente para que se garanta a recuperação financeira do País, o que, segundo o Governo, já está acontecendo com a geração de novos empregos, queda da inflação, redução da taxa Selic (juros que o governo paga por empréstimos tomados dos bancos e que influenciam nas taxas que os bancos praticam no mercado) e recordes na produção agrícola no País.

“O governo está prevendo que, até o final do ano ou no máximo até o primeiro semestre do ano que vem, a economia vá melhorar; com isso, haveria menor desemprego e melhores condições de vida no País. Se isso de fato ocorrer, boa parte dessa classe política vai conseguir um bom desempenho, principalmente os ministros e deputados que estão mais próximos dessas bandeiras que estão sendo defendidas”, comentou Maria do Socorro.

Ainda segundo ela, o resultado do dia 2 “deu um fôlego para o governo até as próximas denúncias”.

O Ministério Público Federal já estuda denunciar Temer no STF por obstrução de Justiça, com o argumento de que ele deu aval ao empresário Joesley Batista, um dos donos da JBS, para “comprar o silêncio” do ex-deputado Eduardo Cunha e do doleiro Lúcio Funaro sobre negociações ilícitas do Governo. Além disso, a Procuradoria-Geral da República pediu ao STF que investigue se Temer esteve no grupo de peemedebistas suspeitos de associação criminosa para desviar dinheiro da Petrobras e de outros órgãos públicos.

(Com informações do G1, Agência Brasil e O Estado de S. Paulo)



GUERRA FISCAL ENTRE OS ESTADOS

Foi sancionada na terça-feira, 8, pelo Presidente Michel Temer (PMDB), uma lei complementar que abre espaço para que as isenções fiscais dadas por governos estaduais, sem a necessidade de respaldo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), sejam prorrogadas por até 15 anos para incentivos às atividades industrial e agropecuária e ao investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano. Já o prazo para isenções voltadas à manutenção ou ao incremento das atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional será de oito anos. A lei determina, ainda, que para permitir novos incentivos fiscais, os estados terão que conseguir o apoio de dois terços das unidades federadas e um terço das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do País. Antes, era preciso que houvesse unanimidade entre todos os membros do Confaz.

AUDIÊNCIAS SOBRE A VENDA DE BENS PÚBLICOS EM SÃO PAULO

Começam no dia 9 deste mês e seguem até 5 de outubro, as audiências públicas para debater três projetos de lei da gestão do Prefeito de São Paulo, João Doria: o PL 367/2017 (Plano Municipal de Desestatização), sobre a privatização/concessão de equipamentos e serviços públicos; o PL 404/17, que permite a venda de imóveis pertencentes à Prefeitura; e o PL 364/17, que autoriza a concessão do Estádio do Pacaembu à iniciativa privada. As audiências serão coordenadas pela Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal de São Paulo.

TROPAS FEDERAIS NO RIO DE JANEIRO

Em mensagem de vídeo, no domingo, 6, o Presidente Michel Temer afirmou que a atuação das tropas federais no Rio de Janeiro seguirá até o fim deste ano, podendo ser ampliada em 2018. Ele disse ser natural a reação dos criminosos à ação das tropas, mas que tal postura será “amplamente” e “fortemente” combatida. O envio das tropas para o Rio de Janeiro aconteceu no final de julho.

Fontes: Folha de S. Paulo, Câmara Municipal e Agência Brasil